



Universidade e violência contra a mulher: *spotted* feminista e enfrentamento político no ciberespaço

University and violence against women: feminist discovery and political confrontation in cyberspace

Maria Fernanda Gusmão REGO¹

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Isabela Saraiva de QUEIROZ²

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Ricardo Dias de CASTRO³

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO: O artigo discute, por meio de pesquisa qualitativa ancorada em epistemologias feministas, a violência contra as mulheres no contexto universitário do interior de Minas Gerais. Para tanto, foram analisadas as páginas *spotted* de 07 universidades federais do interior do estado e suas postagens. Foram consideradas todas as postagens realizadas de 2015 a 2018, ano em que foi realizada a coleta dos dados. 63 postagens compuseram o corpus da pesquisa e passaram por análise de conteúdo hermenêutico-dialética, sendo organizadas em torno de 05 categorias de análise: heterossexualidade compulsória; culpabilização e revitimização da mulher; pornografia e objetificação sexual; construção do masculino e violência contra a mulher; ciberativismo como produção de resistência. Os resultados encontrados sugerem que as páginas *spotted* se apresentam como potentes ferramentas políticas de denúncia da violência contra a mulher, especialmente frente à inexistência de políticas públicas e institucionais oficiais para o tratamento destas questões e acolhimento das vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher; universidade; ciberativismo.

ABSTRACT: The article discusses, through a qualitative research based on feminist epistemologies, violence against women in the university context in inland cities of Minas Gerais. For this purpose, the *spotted* pages of 07 federal universities in inland cities of the state and their posts were analyzed. All posts made from 2015 to 2018, the year in which the data were collected, were considered. 63 posts made up the research corpus and underwent hermeneutic-dialectic content analysis, being organized around 05 categories of analysis: compulsory heterosexuality; blaming and revictimizing women; pornography and sexual objectification; construction of the masculine and violence against women; cyberactivism as production of resistance. The results

¹ Psicóloga, mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei, integrante do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Direitos Humanos (NEGAH-UFSJ)

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Direitos Humanos (NEGAH-UFSJ)

³ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (CONEXÕES/FAFICH/UFMG)



found suggest that the spotted pages are powerful political tools for denouncing violence against women, especially given the lack of official public and institutional policies for dealing with these issues and welcoming victims.

KEYWORDS: Violence against women; university; cyberactivism.

Introdução

A violência é um fenômeno social de grande impacto na sociedade, que incide sobre os direitos essenciais dos seres humanos, e pode ser entendida e analisada por diversas perspectivas. As tentativas de compreendê-la perpassam explicações naturalísticas, etológicas, psicológicas e sociais (Minayo; Souza, 1998). A violência pode referir-se a constrangimento e uso da superioridade física sobre o outro, a conflitos de autoridade, lutas pelo poder, e vontade de domínio e de aniquilamento do outro e de seus bens (Minayo, 2006). Para Angelim e Diniz (2009), a violência é uma força que transgride, desorganiza ou que se impõe sobre algo que já existia de maneira estruturada – é o emprego de uma força que, ao ir além de determinados limites, é reconhecida como ato violento. Ressalta-se que não é a força em si que determina a violência, mas sim seu caráter de perturbação. A violência pode ainda ser caracterizada em diferentes categorias, como violência física, violência sexual, violência doméstica, além de formas nas quais o uso de força física não está presente, como violência psicológica, patrimonial, coerção ou desqualificação intelectual.

A manifestação dos eventos violentos é aprovada ou desaprovada segundo as normas sociais e/ou aparatos legais mantidos em cada sociedade. Há, dessa forma, violências que são toleradas e aquelas que são condenadas. A manutenção e perpetuação de concepções machistas, racistas e patriarcais em nossa sociedade contribui, segundo Saffioti (1999), para que haja uma tolerância – ou mesmo incentivo – para que homens exerçam sua força/potência/dominação contra mulheres. Embora as instituições patriarcais tenham sofrido algumas alterações ao longo dos anos, a relação de dominação permanece.

Entende-se por patriarcado a estrutura social historicamente construída em que os homens detêm o poder. Trata-se de um sistema sociopolítico de dominação/opressão das mulheres e não apenas de relações individuais desiguais de poder. Para Pateman (1993), a retomada do conceito de patriarcado em detrimento de outros se faz importante uma vez



que se trata “do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (p. 39-40).

Cabe ressaltar aqui uma diferenciação importante entre os conceitos de violência de gênero e violência contra a mulher. Embora estes tenham aproximações significativas, não dizem do mesmo fenômeno. A violência de gênero é uma categoria mais geral, podendo ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra ou por uma mulher contra um homem. Contudo, o vetor mais comum dessa violência caminha no sentido homem-mulher, segundo Saffioti (2011, p. 71), “tendo a falocracia como caldo de cultura”. Na violência contra a mulher, por sua vez, o alvo da violência é sempre a mulher, podendo ser perpetrada tanto por homens quanto por outras mulheres (Santos; Izumino, 2005).

1 Universidade e violência contra a mulher

A violência contra a mulher é, então, parte constitutiva das sociedades patriarcais, apresentando-se como fenômeno frequentemente naturalizado e banalizado. Compreender a complexidade de fenômenos que envolvem a violência contra a mulher requer uma análise dos processos sócio-históricos que enraízam a produção da sua opressão. Esse trabalho exige revisitarmos estruturas sociais, concepções, aspectos culturais e mesmo instituições já consolidadas da sociedade. Dentre essas instituições, figura a universidade.

Ao tratarmos da inserção da mulher na universidade e na produção de conhecimento científico nos deparamos com divergências de análises: se por um lado existem vertentes que demonstram a ausência das mulheres na ciência e produção de conhecimento, por outro, existem aquelas que afirmam sua presença e denunciam os mecanismos históricos de sua invisibilização (Lino; Mayorga, 2016).

No que tange a esse processo de invisibilização, tem-se na chamada “caça às bruxas” um marco importante. Do ponto de vista histórico, a bruxa não configurava-se apenas como “bruxa má”, responsável por maldizer as lavouras e rogar pragas aos filhos de seus empregadores (Federici, 2017). Havia também as “bruxas boas”, que faziam da feitiçaria sua carreira – eram elas as parteiras, curandeiras, adivinhas e feiticeiras. Essas



eram conhecidas por seus remédios terapêuticos e exorcismos, e tinham como ferramentas os óleos naturais, pós e artefatos usados para curar e proteger. A caça às bruxas não se restringiu apenas às primeiras, pelo contrário, as “bruxas boas” também foram castigadas – e por vezes com maior severidade (Federici, 2017)

A Contrarreforma – após o Concílio de Trento –, adotou uma postura dura contra as curandeiras populares, ocasionando uma mudança drástica na forma como a mulher – sobretudo a mulher sábia – era vista (Federici, 2017). Assim, com a perseguição às bruxas/curandeiras, as mulheres foram expropriadas de um conhecimento empírico – relativo a ervas e remédios curativos – que haviam acumulado e transmitido de geração em geração. Este processo colocou as mulheres em uma posição de desvantagem, uma vez que o conhecimento que produziam passou a ser proibido e desqualificado, ficando as novas formas valorizadas de conhecimento e saberes, supostamente mais especializados e rigorosos, inacessíveis a elas. Assim, as mulheres que antes ocupavam espaços de certo prestígio e saber em suas comunidades – como as curandeiras – são retiradas e substituídas por novas organizações – a exemplo da medicina profissional.

Para Grosfoguel (2016), esse epistemicídio dos conhecimentos das mulheres proporcionou um “privilegio epistêmico aos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento” o que, para além de gerar uma injustiça cognitiva, tornou-se um mecanismo de valorização de projetos coloniais/patriarcais, dando a homens ocidentais o monopólio do conhecimento.

Tem-se na medicina e enfermagem exemplos claros disso, sendo a primeira majoritariamente masculina, enquanto a segunda – de menor prestígio e pior remuneração – direcionada prioritariamente às mulheres. Na história dessas práticas profissionais, a medicina é tida como o “tratar” – reconhecida enquanto ciência médica, mais especializada e rigorosa – enquanto à enfermagem cabe o “cuidar”, visto enquanto prática subsidiária dependente do saber médico (Meyer, 1993). Desde seu surgimento enquanto trabalho remunerado, a enfermagem foi criada como profissão essencialmente feminina – uma atividade voltada para o cuidado, reforçando novamente este suposto lugar da mulher –, estruturada para não disputar espaço e poder com o médico, figura já hegemônica na saúde (Meyer, 1993).

A repressão aos conhecimentos historicamente produzidos pelas mulheres e às suas práticas ancestrais teve como repercussão tardia a reivindicação das mulheres ao



direito à educação. No Brasil, desde o século XVI, surgiram as escolas de ensino superior – sob responsabilidade dos jesuítas. Essas eram voltadas, em sua maioria, para a formação cultural de homens brancos (Lino; Mayorga, 2016). A luta organizada do movimento de mulheres pelo acesso à educação no país data do século XIX – sendo concedido a elas somente a partir deste período o direito de frequentar faculdades e obter títulos acadêmicos. É, entretanto, somente a partir da década de 1960 que as mulheres brasileiras começam a ter, de fato, presença no ensino superior (Souza; Sardenberg, 2013).

Cabe ressaltar que inicialmente esse direito não foi garantido de forma igualitária a todas as mulheres, sendo concedido principalmente a mulheres brancas e, em especial, às brancas de classe média/média alta. Se a literatura sobre a inserção de mulheres brancas na universidade já é escassa, ao falarmos de mulheres negras, ela se torna ainda mais ausente – embora haja um aumento recente no número de produções nesse campo, em especial devido as/os pesquisadoras/es negras/os que vem se dedicando a esse assunto. Faz-se importante essa demarcação por dois motivos: para a compreensão de que o patriarcado não é o único sistema de opressão que recai sobre as mulheres – interferindo em seus direitos, cotidiano e nos tipos de violência por elas enfrentados –, sendo raça e classe marcadores também importantes na construção das suas experiências; e pela reafirmação da importância da criação e manutenção de ações afirmativas (Lei Federal nº 12.711/2012) que garantam o acesso de estudantes negras/indígenas às universidades públicas.

Para Passos (1999), a sociedade reconhecia a necessidade de fomentar a formação das mulheres, desde que esta ocorresse em áreas do chamado “saber desinteressado” e fosse voltada para ocupações e não profissões. Desse modo, o ingresso das mulheres nas universidades no Brasil se deu com a abertura de faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, com destaque especial às faculdades de Filosofia, que representavam uma inovação não apenas no conteúdo trabalhado, mas por sua clientela ser majoritariamente feminina. Nesse sentido, Passos (1999) aponta que o que era ministrado nas faculdades de Filosofia “podia ser identificado com o que ministravam as escolas clássicas, visando à transmissão de uma cultura geral e desinteressada” (p. 89). O acesso a esses cursos era, portanto, permitido à mulher por não serem considerados uma ameaça às chamadas “funções femininas” – mãe e esposa –, nem um “desvio para a profissionalização”.



Inseridas nessa lógica, as mulheres não vivenciavam de maneira completa o sentimento de pertencimento à universidade e aos cursos superiores.

A universidade e seus cursos se formam, portanto, enquanto espaço masculino e das masculinidades. Ao entrarem nele, as mulheres são “empurradas” para trabalhos/profissões femininas, que remetem à naturalização dos papéis atribuídos a elas. “As profissões femininas se situam principalmente no setor de prestação de serviços, notadamente nas áreas que correspondem de alguma forma às suas atividades na família” (Meyer, 1993 p.46). Essa limitação já é, por si só, violenta e opressiva. Há na constituição das “profissões femininas” uma ênfase nas qualidades morais e de caráter (Crosseti, 1991), sendo muitas das características consideradas “essenciais” para o exercício das atividades apenas um reflexo de características atribuídas como inerentemente “femininas” – reforçando a naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres.

Embora haja esforços para produzir práticas educacionais e de ensino transformadoras e politizadas, que se mostrem mais inclusivas, não podemos ignorar os aspectos históricos, políticos e culturais que ainda perpassam as universidades brasileiras. Em sua condição de instituição voltada para a formação técnica e intelectual das elites (Nardi et al., 2013), embora se apresente como lugar da razão, protegido da ignorância e “irracionalidade” e, portanto, isento da violência, as universidades não apenas reproduzem desigualdades sociais já existentes, mas também produzem novas formas de desigualdades, além de atualizar discursos discriminatórios (Nardi et al., 2013). Para Louro (2003), as instituições de ensino exercem desde seu início uma ação distintiva/diferenciadora – nesse sentido, não apenas torna aqueles que nelas ingressam diferentes dos demais, como também dividem internamente aqueles que estão em seu interior, através de diversos mecanismos de hierarquização.

Nesse sentido, Nardi et al. (2013) contribuem ao apontar que a teoria sociológica foi contundente ao demonstrar a importância do sistema de ensino e do capital cultural para a reprodução da dominação, e manutenção de desigualdades e hierarquias sociais. Assim, contesta-se novamente a ideia de que os indivíduos estão distribuídos ao longo do sistema educativo de maneira exclusivamente meritocrática.

O acesso à universidade por si só não garante às mulheres, portanto, uma mudança automática na posição hierárquica e frente às desigualdades sociais, nem tampouco as isenta das violências presentes nestes espaços. Os mecanismos engendrados nas



universidades, contudo, fazem com que esses processos não apareçam enquanto dominação ou opressão social, mas sim, como resultado exclusivo das diferenças individuais (Nardi et al., 2013).

Frente a essas violências impostas às mulheres, diversas formas de denúncia e resistência foram e vem sendo organizadas em universidades brasileiras. Se por um lado as instituições nem sempre oferecem mecanismos próprios que possibilitem tais denúncias e acolhimento das vítimas, o próprio movimento de mulheres – para além de reivindicar a criação de canais oficiais de denúncia e apuração dos fatos – vem criando suas próprias alternativas, sendo o “*spotted* feminista” uma delas.

2 *Spotted* feminista: resistência e enfrentamento político no ciberespaço

As páginas de *spotted* surgiram no Brasil entre os anos de 2012 e 2013, reproduzindo um fenômeno que já vinha ocorrendo em universidades de outros países. A PUC-Rio foi a primeira universidade do país a receber este tipo de página – todas na plataforma do *Facebook* –, que tinha como objetivo original a possibilidade de troca de mensagens, de forma anônima, entre estudantes e demais pessoas da comunidade acadêmica. *Spotted*, traduzido livremente, significa “marcado” ou “avistado”, indo ao encontro do conceito básico inicial das páginas: servir como uma ferramenta que possibilitasse aos estudantes enviar mensagens de forma anônima a alguém que tivessem visto pela universidade ou em eventos acadêmicos e festas, e com quem gostariam de ter algum contato. As mensagens são postadas de forma anônima e, a partir da sua publicação, os usuários passam a interagir com ela – através de comentários, compartilhamentos ou curtidas – tornando a troca mais dinâmica e ampliando o engajamento e alcance das postagens.

A partir de 2014 houve uma explosão no número de denúncias de violência contra a mulher no contexto universitário brasileiro, o que ganhou destaque, em especial, em decorrência dos casos de estupro ocorridos na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Redação, G1, 2014; Redação, El País, 2015). Essa onda de denúncias estimulou estudantes de outras universidades a se manifestarem sobre as violências que vinham sofrendo e sobre as quais, até então, haviam se calado. Muitas dessas denúncias foram feitas nas redes sociais, sobretudo nas páginas *spotted*. Um fator que contribuiu



para que essas denúncias ocorressem no campo *online* foi a inexistência, em grande parte das universidades, de mecanismos oficiais de formalização de denúncias deste tipo – que passam, dessa forma, a habitar o ciberespaço. As páginas *spotted* passam, então, de simples canais de troca de mensagens, a ser ferramentas de denúncia.

Na esteira das páginas regulares de *spotted* das universidades, emergiram as páginas “*Spotted Feminista*”, agora com propósito exclusivo de ser, nas redes sociais, canais de denúncia, mobilização e resistência. Tais atos de resistência se iniciam quando as mulheres decidem por tornarem públicas suas experiências e relatos, e ganham força através das mobilizações coletivas – dentro e fora da *internet*.

A ocupação do ciberespaço por pautas feministas – e sociais, de modo geral –, é ainda um fenômeno recente, embora em ascensão. Ainda que o fazer científico e tecnológico esteja, historicamente, comprometido com a manutenção da lógica patriarcal ocidental, lutas e movimentos sociais no século XXI encontraram nas tecnologias de informação uma ferramenta de amplificação de denúncias, bem como de coordenação de estratégias e ações coletivas. Se no mundo *offline* cabe aos subalternos – aqueles para os quais não há lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente (Spivak, 2010) – apenas a “mudez”, o universo *online* tem se transformado em um espaço de denúncia do silêncio imposto, permitindo que essas vozes e experiências se apresentem no espaço público, uma vez que, sob o pressuposto de democracia das redes, a *internet* se configura enquanto lugar no qual todos podem falar.

No Brasil, o ciberfeminismo pode ser entendido através de três principais orientações (Albu, 2017). Na primeira delas, como uma ferramenta, o ciberfeminismo ganha destaque a partir de 2010 com a viralização de *hashtags* e movimentos virtuais difundidos pelo país, obtendo ampla adesão e expondo o machismo e a misoginia que permeiam nossa sociedade de forma estruturada. Outra orientação trata do ciberfeminismo enquanto ocupação do (ciber)espaço, através do crescimento de veículos de comunicação feminista independentes – como Think Olga, Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras⁴ – nos quais temas do feminismo são debatidos de maneira menos acadêmica, facilitando o acesso do público em geral a esses conteúdos. Cabe ressaltar ainda que alguns desses espaços buscam, inclusive, atingir faixas etárias específicas, a

⁴ <https://thinkolga.com>; <http://blogueirasnegras.org>



exemplo da Revista Capitolina⁵, que tem como público-alvo adolescentes. Além disso, houve a proliferação de grupos de discussão e fóruns digitais – mesmo dentro da própria plataforma do *Facebook* – voltados exclusivamente para o debate de questões de gênero e violência. Por fim, a terceira orientação que marca o ciberfeminismo no Brasil é seu aspecto formador de identidade. O ciberespaço tem uma função subjetiva de construir identidades feministas para muitas mulheres que acessam esses conteúdos. O acesso à informação sobre o tema através desses veículos, bem como a facilidade em se envolver em iniciativas ciberfeministas, democratizou e pluralizou essa identificação, que antes ficava muito restrita à academia e militância organizada de movimentos sociais.

3 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, tem-se como orientação metodológica o método qualitativo, ancorado nas epistemologias feministas, que "concentram-se nas diversas situações femininas, problematizando-as, e também nas instituições que compõem essas situações" (Olesen, 2006, p. 220). A pesquisa feminista reclama o caráter político da produção de conhecimento, renunciando e denunciando o androcentrismo, colonialismo e universalismo sobre o qual a ciência está assentada (França; Padilla, 2013), adotando assim uma postura crítica à neutralidade científica. Essa forma de pesquisa é também dialética, uma vez que possui diferentes visões – como o próprio feminismo – que, segundo Olesen (2006), se fundem para produzir novas sínteses – que formam a base da própria pesquisa, da práxis e das políticas que virão.

Nesse sentido, buscamos em autoras de diferentes momentos históricos e estudiosos do feminismo as referências necessárias para compor o escopo teórico dessa pesquisa e realizar a investigação das questões aqui apresentadas. Embora as escolhas aqui feitas sejam multifacetadas, com correntes e vertentes variadas que podem divergir em alguns aspectos, estas convergem em pontos fundamentais: pensar a condição das mulheres na sociedade – em seus diferentes contextos e particularidades –; analisar a exploração/opressão destas e suas formas de enfrentamento/superação; e desafiar não apenas as estruturas patriarcais, mas também as do capitalismo e da colonização.

⁵ <http://www.revistacapitolina.com.br>



Faz-se importante pontuar, contudo, que apesar dessa diversidade teórica, pautamo-nos aqui, sobretudo, nas produções feitas pelo chamado feminismo de segunda onda. Iniciado nas décadas de 1960 e 1970, o feminismo de segunda onda incorporou setores da classe média e mulheres profissionais na Europa e Estados Unidos (Ceregatti, 2015), pautando, dentre outras coisas, a necessidade de organização de um movimento autônomo de mulheres, debates sobre o trabalho e espaço doméstico, além dos direitos sexuais e reprodutivos. Enquanto a primeira onda do feminismo foi marcada pela luta por direitos políticos das sufragistas, a segunda onda caracterizou-se pela busca da emancipação das mulheres face ao patriarcado.

A escolha em privilegiar esse referencial se dá em função das contribuições proporcionadas por essas pensadoras, uma vez que elas entendem que os processos de subalternização das mulheres estão intrinsecamente relacionados às estruturas sociais e que, apesar das suas diferenças e particularidades teóricas, há algo que une a todas: a compreensão da opressão com base no sexo. Ainda nesse sentido, as teorias e práticas próprias desta vertente buscam incentivar as mulheres a perceberem os aspectos de suas vidas pessoais como profundamente políticos e reflexo de estruturas de poder sexistas – sendo neste momento que o feminismo começa a pensar o machismo enquanto algo estrutural. Foi também neste momento histórico que as feministas passaram a ocupar as universidades, produzindo críticas às teorias que tomam a experiência dos homens como universal, o que oculta as relações de poder e as próprias mulheres – reflexão essencial no desenvolvimento deste trabalho.

A fim de possibilitar a investigação sobre a violência contra a mulher nas universidades federais do interior de Minas Gerais, seus tipos e autores – ou seja, colegas, companheiros, docentes, dentre outros –, utilizou-se a análise de conteúdo como método, com vistas à descrição do conteúdo emitido no processo de comunicação – seja ele por meio de falas, textos ou vídeos (Cavalcante; Calixto; Kerr-Pinheiro, 2014) e, nesta pesquisa, por meio de postagens nas páginas de *spotted* das universidades.

A primeira etapa da pesquisa, a pré-análise, se caracterizou como período de organização dos materiais a serem investigados. Foram selecionadas as páginas de *spotted* de dez universidades federais de Minas Gerais – UFOP, UFLA, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UFU, UFV, UFJF, UFTM e UFSJ –, incluindo também aquelas que possuíam a versão “*spotted* feminista”. Em caso de existência de mais de uma página *spotted* por



universidade, decidiu-se por realizar a coleta naquela que houvesse maior número de seguidores e/ou assiduidade de postagens – contudo, aquelas que possuíam páginas separadas para cada *campus* foram consideradas.

A escolha por considerar na coleta todas as universidades do interior do estado justifica-se pelas especificidades pertinentes a cada contexto. As universidades localizadas em cidades do interior, em sua maioria, estabelecem dinâmicas próprias que, muitas vezes, estabelece relações de maior proximidade entre aos membros da comunidade acadêmica, o que proporciona desdobramentos relevantes para a análise da violência contra a mulher.

Cabe assinalar que o ambiente universitário não diz respeito somente aos limites geográficos dos campi, mas também suas dependências físicas e virtuais - como páginas da *internet* e redes sociais -, locais que estudantes, professores e funcionários estejam reunidos em nome da universidade – a exemplo, eventos acadêmicos de qualquer natureza como congressos e seminários, viagens em função de atividades da universidade – e relações entre pessoas que se dão em função da universidade, ainda que fora desses ambientes, como repúblicas e festas universitárias.

Foram analisadas as publicações postadas a partir do ano de 2015, quando se intensificaram as denúncias de violência no contexto universitário. Optamos por não fazer uso de pesquisa através de palavras-chave, pois esse procedimento poderia invisibilizar relatos que não nomeavam as agressões de forma explícita e aqueles nos quais violências sequer eram reconhecidas como tal. Desse modo, foram lidas todas as postagens feitas nas páginas de *spotted* das 10 universidades de 2015 a 2018, ano em que foi realizada a coleta dos dados, e identificados 63 relatos que compuseram o *corpus* da pesquisa. Foram encontrados relatos de violência contra a mulher nas páginas de 07 universidades: 32 deles nas páginas da Universidade Federal de Ouro Preto; 10 nas páginas da Universidade Federal de São João del Rei; 06 nas páginas das universidades federais de Viçosa e Juiz de Fora; 05 na página da Universidade Federal de Lavras; 03 na página da Universidade Federal de Itajubá; e, por fim, 01 na página da Universidade Federal de Uberlândia.

Cavalcante, Calixto e Kerr-Pinheiro (2014) definem a segunda etapa da pesquisa – exploração do material – como aquela em que “o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (p.16). Os relatos coletados foram, então, organizados em



cinco categorias, a saber: heterossexualidade compulsória; culpabilização e revitimização da mulher; pornografia e objetificação sexual; construção do masculino e violência contra a mulher; e, por fim, ciberativismo como produção de resistência.

Na terceira etapa, de tratamento dos dados e resultados, utilizou-se o método hermenêutico-dialético, conforme proposto por Minayo (2007), no qual a fala dos atores sociais deve ser situada em seu contexto para ser melhor compreendida, sendo o primeiro nível de interpretação feito em relação a aspectos como a conjuntura socioeconômica e política da qual o grupo social estudado faz parte. Traça-se, assim, uma aproximação pertinente entre o método hermenêutico-dialético e as pesquisas feministas, uma vez que ambos abandonam a pretensão objetivista de neutralidade e imparcialidade científica, admitindo que toda e qualquer análise perpassa, inevitavelmente, por condições subjetivas, sendo o/a próprio/a pesquisador/a “um sujeito inserido num dado contexto tempo-espço, e, nessa qualidade, também condicionado por relações desiguais de poder e pré-juízos que influenciam sua análise” (Netto; Chagas, 2019, p. 06).

Adotou-se, assim, uma postura que simultaneamente reconhece a historicidade dos sujeitos pesquisados e dos pesquisadores envolvidos na produção de conhecimento, os aspectos sociais e subjetivos que os permeiam, e como estes influenciam e são influenciados, em um exercício de constante reflexividade na construção dos dados aqui apresentados (Neves; Nogueira, 2005).

4 Resultados e discussões

Para a construção desta seção, optou-se por trabalhar com 11 relatos emblemáticos, pela riqueza de conteúdo que eles oferecem para a discussão das categorias definidas anteriormente.

Como apontado, os eventos violentos são aprovados ou desaprovados segundo as normas – sociais e legais – de cada sociedade. Isso significa que, em um contexto fortemente patriarcal e misógino como o nosso, uma grande tolerância é conferida aos atos de violência contra a mulher, em seu caráter essencialmente masculino. Um dos elementos essenciais para se compreender a dominação masculina, como apronta Rich (2010), é a heterossexualidade compulsória. A autora analisa a heterossexualidade enquanto regime político que retira poder das mulheres e visa garantir o acesso de homens



aos seus corpos, capacidades laborais e reprodutivas. Dentro dessa lógica, mulheres são entendidas como propriedade – emocional, intelectual e sexual – masculina.

Gough (1975) e Rich (2010) enumeram algumas formas em que o poder/dominação masculina se expressa e como essas – além de reforçarem a heterossexualidade compulsória – produzem desigualdade sexual. Dentre elas estão a negação da sexualidade das mulheres e a imposição da sexualidade masculina – através do estupro, da agressão, da idealização do romance heterossexual, da re/produção de conteúdos pornográficos de mulheres respondendo de forma prazerosa à violência sexual; o confinamento ou controle físico das mulheres – seja através do estupro como forma de terrorismo, da exclusão das ruas e espaços públicos ou do assédio moral e sexual nesses espaços; e ainda, o uso de mulheres como objeto de transação masculina – seja pela prostituição ou utilização de imagens femininas para venda de produtos e propagandas, ou ainda através do uso de mulheres para entretenimento masculino.

Os relatos que se seguem abarcam a primeira categoria de análise deste estudo – a “heterossexualidade compulsória”. Destacam-se nesses relatos os mecanismos descritos por Rich (2010) através dos quais a heterossexualidade compulsória, enquanto regime político, se estabelece e se mantém – nestes casos, sobretudo, a imposição da sexualidade masculina, a violência sexual e o confinamento/controlado das mulheres.

Relato 1 – Universidade Federal de Ouro Preto

“Manas, me ajudem

O que fazer quando seu namorado te priva de fazer suas coisas, por achar que você não está se dedicando o suficiente a ele? Deixo de fazer muitas coisas para estar com ele, e minha acadêmica está sendo prejudicada.”

Relato 2 – Universidade Federal de São João del Rei

"Olá irmãs, venho alertar à vocês de um episódio que infelizmente ainda não superei e sinto que me persegue à cada dia, me perdoem caso o texto não esteja bem escrito, meu coração ainda acelera e meu raciocínio fica lento ao pensar nisso, mas é necessário.

Em Novembro de 2016 estava em um encontro de ex-moradores de uma república, uma festa pequena apenas com moradores, ex-moradores e amigos mais próximos. Confortável no meio em que estava infelizmente estava em um dia triste por conta de alguns problemas pessoais, problemas notados por uma pessoa específica que conversou comigo ao longo do dia e com extremo bom humor me incentivou a virar doses de cachaça para esquecer dos meus problemas. Eu que estava acostumada a beber e em um ambiente "seguro" não vi problemas e inclusive agradei por tanta consideração e boa companhia. Companhia que ao me ver chorando na piscina pulou em seguida e me abraçou, sugeriu entrar na casa para não me resfriar já que estava frio e me emprestou sua toalha com um gesto de bondade. Porém a bondade se transformou, e enquanto ele esfregava a toalha no meu corpo me tocava inclusive por baixo



da roupa e me beijava. Não estava entendendo como aquilo estava acontecendo, por que ele estava me beijando e me tocando? Disse que era melhor não, agradei a preocupação mas que eu iria me secar em outro lugar, logo eu, que me senti tão esperta e atenta não vi que de bondade aquilo não tinha nada. O cara me jogou para dentro da barraca dele e disse: cala a boca eu sei que você quer, me assustei e falei "para!". Ele tirou minha roupa e me estuprou enquanto todos estavam no mesmo sítio, dançando à poucos metros e sem ninguém me ouvir. Eu estava rouca e mesmo que tentasse gritar ele segurava meu pescoço, batia no meu rosto e travava meu corpo embaixo do dele. Em um momento desisti de gritar e apenas chorei, implorando para que acabasse e ele tirasse aquele corpo nojento de cima do meu. Assim que ele acabou o que queria e dormiu eu saí correndo enrolada nos lençóis porque não conseguia se quer procurar minhas roupas. Fui para o banheiro e minhas amigas pegaram as minhas roupas (elas não entenderam o que tinha acontecido, todos já tinham bebido muito), peguei minha calcinha suja de sangue e tomei banho, dormi e pedi à Deus que apagasse da minha mente tudo aquilo.

Em setembro de 2017 tive um gatilho durante uma bad e lembrei de tudo o que tinha acontecido, hoje em tratamento psicológico e psiquiátrico entendo o que aconteceu, entendo o principal motivo da minha depressão. Entendo que precisava ter denunciado naquela hora, entendo porque homens como esse continuam fazendo o que fazem. Perdão irmãs pela demora em relatar, mas mesmo que judicialmente não dê mais tempo, sei que ainda dá tempo para qualquer uma de nós. O agressor é um estudante de economia da UFSJ.”

Segundo Welzer-Lang (2001), a forma como o masculino e a masculinidade são construídos e ensinados é pautada na violência – primeiro contra si mesmo e depois contra o outro. Essa formação se dá, além da violência, através da diferenciação de si em relação ao outro: na construção e formação da masculinidade não basta ser homem, é essencial diferenciar-se das mulheres. Neste processo, ainda jovens, meninos são ensinados que “para ser um verdadeiro homem eles deveriam combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (p.462).

Essa construção inicial dos significados e formas de “ser homem”, somada aos demais aspectos da socialização masculina – essencialmente voltados para a garantia e manutenção dos privilégios assegurados pela dominação masculina – se tornam um terreno fértil para a formação de homens que não apenas desprezam e desejam se afastar de tudo aquilo que é considerado feminino ou relacionado a mulheres – reforçando novamente o lugar de inferioridade no qual elas são colocadas –, mas também se sentem no direito de acessar seus corpos, abusar deles e violentá-los.

Para Dines (2010) a pornografia e a cultura pornificada se somam a estes elementos uma vez que elas contribuem para a formação e molde de nossas ideias sobre sexualidade, masculinidade/feminilidade, relacionamento e intimidade. Embora homens já tenham sua socialização pautada em ideologias sexistas e misóginas



independentemente da presença ou não da pornografia, nada transmite esses ideais de forma tão explícita e sucinta como ela. Neste pano de fundo, se estabelecem as categorias “construção do masculino e violência contra a mulher” e “pornografia e objetificação sexual”, com destaque para os relatos a seguir:

Relato 3 – Universidade Federal de São João del Rei

"Dias atrás, mais uma situação de abuso. O agressor: um aluno do curso de Psicologia daqui de São João del Rei. Se aproveitou da situação de uma mina que se encontrava bêbada no momento e nem pensou no que causaria à ela. Um simples "foi mal" foi a resposta dada quando apontado pela vítima o que ele fez. Só reforça o quanto os caras não entendem ou não querem admitir e se responsabilizar pelos seus atos, quando desrespeitam, invadem e acham que podem tomar posse do corpo de outra pessoa que não se encontra em condições de reagir. Diante desse caso, foram descobertos outros de mulheres abusadas nessas condições e que não denunciam por medo de não receberem credibilidade, apoio e o acolhimento necessário à essas situações. Dizendo aqui que vocês não estão sozinhas, procurem pessoas que confiam, procurem ajuda da forma que conseguirem, mas saibam que vocês não precisam lidar com isso sozinhas. Juntas somos mais fortes!"

Relato 4 – Universidade Federal de Ouro Preto

"Qual o problema desses caras da ufop que sempre insistem em meter no buraco errado mesmo vc dizendo que NÃO CURTE ANAL?? Vontade de botar a roupa e ir embora no meio da foda."

Relato 5 – Universidade Federal de São João del Rei

"Eu não conhecia a existência deste spotted até a publicação sobre o cartaz da república. Depois de ver todo o alcance e o quanto várias mulheres e homens ficaram horrorizados com as coisas ali escritas, me senti na necessidade de vir relatar algo que vivenciei. Conheci um homem através do facebook e a medida que fomos conversando fui me interessando, fazia meu estilo, era educado e estava claramente interessado. Ficamos algumas vezes e quando meus amigos souberam que eu estava ficando com ele já vieram de cara me alertar sobre seu caráter duvidoso. "Cuidado, ele não quer nada com ninguém", "ele só quer curtir". Não dei muita importância, pois, também não estava a procura de um relacionamento ou algo além do que eu tinha com ele. Ficamos nessa situação por alguns meses, até que um dia vieram me contar que ele andava tirando e compartilhando fotos de mulheres claramente apagadas em suas camas, fotos delas as vezes sem roupa SEM O SEU CONSENTIMENTO (uma vez que estavam apagadas). Vi prints destes compartilhamentos e fui fraca, fui fraca em não denunciar naquele momento! Fiz pior, continuei ficando com essa pessoa, acreditei nas mentiras mal contadas. Esse mesmo ser, durante uma de nossas relações foi capaz de tirar a camisinha sem que eu percebesse, estava bêbada e só me dei conta no dia seguinte. Mais uma vez me calei, mais uma vez fui fraca! Hoje, em meio a tantos compartilhamentos sobre o cartaz da daNação, vi alguns comentários dele, julgando e repudiando a república, claramente se aproveitando do movimento para se fazer de bonzinho, como ele sempre fez pra mim. Me indigna uma pessoa misógina, aproveitadora e falsa como ele estar se passando por alguém que jamais faria algo daquilo escrito. Deixo aqui o meu apelo para que toda e qualquer pessoa que vivenciar ou ver algum ato de estupro, violência de qualquer gênero, assédio. NÃO SE CALE! DENUNCIE! Hoje me sinto de mãos atadas e me arrependo imensamente."

Relato 6 – Universidade Federal de Ouro Preto



“Cuidado Meninas!

Ha algumas semanas atrás, fui a uma festa na rep. Necroterio, e como caloura fui muito bem recebida, todos muito gente boa, mas no decorrer da festa, acabei bebendo de mais, e só me lembro de acordar pelada na cama de um dos moradores. Logo q percebi onde estava, imediatamente tentar sair, mas fui impedia pelo dono do quarto. Ele me agarrou e me puxou a força de volta para cama, falando "Nao vou deixar vc sair assim, hj vc vai ficar aqui comigo", ele só me soltou pq comecei a gritar. Fiquei com muito medo. Quando eu estava saindo ele ainda gritou "Vc pode ir, mas sou calcinha vai ficar aqui de lembrança" e riu! Não sei se vcs de Ouro Preto sabem, mas abusar de alguém inconsciente é ESTUPRO! O pior, é q conversando com algumas amigas veteranas, descobri q isso é muito normal aqui em Ouro Preto, acontece sempre! Muito cuidado meninas, nao deixe q isso vire rotina!”

Dworkin (1981) aponta a pornografia como sendo não apenas “sexo em uma tela”, mas a reprodução da dinâmica de dominação/subordinação do patriarcado – sendo a dinâmica primária de dominação masculina e subordinação feminina. Nos relatos citados acima é possível perceber os efeitos da construção da masculinidade pautada na violência (Welzer-Lang, 2001) bem como os efeitos da pornografia na construção da sexualidade masculina e na suposta autorização dada aos homens de direito a acesso ilimitado aos corpos femininos. Para Rich (2010), a pornografia reforça a mensagem de que as mulheres são presas sexuais naturais dos homens – e que gostam disso –, reforçando a ideia de que sexualidade e violência são congruentes. O masoquismo imposto, a humilhação “prazerosa”, a violência e submissão impostas, são mecanismos da heterossexualidade compulsória que passam a ser considerados “normais”.

A violência contra a mulher – em suas diferentes manifestações – não é, portanto, uma ocorrência aleatória ou resultado exclusivo de um comportamento agressivo, mas sim deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Há uma naturalização do feminino como algo pertencente ao corpo da mulher – que seria supostamente mais frágil –, enquanto a masculinidade é naturalizada como inscrita no corpo do homem, tido como mais forte e viril – constituindo as tecnologias de gênero (Lauretis, 1987) que normatizam as condutas de homens e mulheres (Saffioti, 2011). A construção e manutenção dessa lógica na estruturação da sociedade faz com que mulheres sejam socializadas para a docilidade e submissão, enquanto homens – sempre vinculados à força – sejam ensinados à dominação e violência. A violência contra a mulher é, assim, resultado de uma socialização machista. Nas palavras de Saffioti (1987), “dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada



que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural” (p.79).

Relato 7 – Universidade Federal de Lavras

"Manas, aprendam a dizer não. Minha autoestima nunca foi muito boa. Sempre ouvi de meninos que eu precisava fazer a unha, alisar o cabelo, vestir roupas mais justas. Mesmo que chegando na faculdade eu tenha me libertado dessa pressão, as marcas continuaram comigo. A consequência? Entrei em um relacionamento abusivo, em que ouvi várias coisas ruins – desde que eu estragava todas as noites dele, até que eu precisava fazer tratamento psicológico porque eu era louca. E eu achava que estragava todas as noites dele e que era louca, mas se me falassem de relacionamento abusivo, eu jamais diria que vivia um. "Ele não me oprime", eu dizia, mesmo que ele achasse que qualquer demonstração de raiva minha se configurava como histeria. Ele me fazia pensar que era louca, achava mesmo. Chegou ao ponto de eu não poder conversar com ele sobre nós na casa dele porque, segundo ele, eu chorava demais. Parecia errado eu chorar. Ele terminou comigo várias vezes. Não foi uma, nem duas vezes. Eu voltei em TODAS as vezes porque achava que eu era doída e ninguém ia me querer mais. Saí desse relacionamento (com muito custo, claro) acreditando que eu era louca, histérica, bipolar. Acreditando que eu precisava pagar terapia. Acreditando que eu não sabia amar. Acreditando que eu era obsessiva. Foi preciso muito tempo pra superar essas percepções erradas. Às vezes queria voltar no tempo e dizer todos os não que eu não disse. Apesar de tudo, acredito que a pessoa que eu sou hoje, cheia de "nãos", é oriunda dessa fase bad da vida. Mas vejo muitas meninas aqui falando que querem terminar e tudo mais e meu conselho é: terminem. Relacionamento abusivo não é só que rola ciúme obsessivo e agressão física ou verbal. Existem agressões psicológicas e ninguém merece estar num namoro em que se sente mal consigo mesma o tempo todo. Digam não, se valorizem, não tenham medo de ficar sozinhas. É melhor estar só do que mal acompanhada. Sempre."

Relato 8 – Universidade Federal de Ouro Preto

"Sofri uma tentativa de estupro por um colega meu, apesar de o ato não ter se concluído, ele tentou, e eu senti o meu corpo violado, eu estava bêbada e totalmente vulnerável, não tinha me dado conta do que tinha acontecido, não me lembro de nada, apenas de acordar sentindo dor e me deparar com o sujeito em cima de mim, tentando me penetrar. Não foi consentido, eu não tinha consciência pra saber o que estava acontecendo, e ele se aproveitou da situação. Fui à delegacia, fiz o b.o, posteriormente me consultei com uma advogada e fui conversar com a delegada. Me senti completamente constrangida, na visão da delegada, uma pessoa bêbada está querendo ser abusada, e pelo que eu entendi eu não sou vista como vítima nesse caso. Já que eu sai com o cara por conta própria, bebi por conta própria e entrei no carro dele por conta própria, não fui obrigada a nada, parece que isso também é motivo pra vc ser abusada. Vivemos em uma sociedade em que a culpa ainda é da vítima, a delegada me orientou a não levar o caso adiante, já que não tenho provas e que segundo ela eu posso ter dado a entender que estava querendo (mesmo estando inconsciente). A advogada também me orientou a não levar adiante, já que estupro é uma acusação muito grave e que segundo ela, pode arruinar a vida dele. Até quando abusos e outros tipos de crimes contra as mulheres vão ficar impune? Até quando a vítima vai ser vista como culpada? Atualmente acontece diversos casos de abuso e nem são denunciados, isso se torna cada vez mais comum. Apesar de geralmente, casos como esse ficarem sem solução e os opressores fazerem a vítima se sentir culpada, denunciem e leve adiante. Temos que saber que a culpa nunca é da vítima."



Nos relatos 7 e 8 pode-se perceber como o processo de socialização e educação dentro de um contexto misógino e patriarcal contribui para a apreensão pelas mulheres de normas sociais de gênero que as colocam em posição de desvantagem, levando à abordagem da categoria “culpabilização e revitimização da mulher”. Sobre isso, Safiotti (1987) aponta que, quando uma mulher consegue romper o ciclo da violência e tornar públicas as agressões sofridas, tomando os caminhos jurídicos necessários para tal, não é incomum que ela seja culpabilizada. A própria forma com que o aparato de denúncia é organizado impõe à mulher a repetição da experiência de reviver e relembrar a violência sofrida, recontando-a em espaços pouco seguros e a profissionais frequentemente despreparados ou pouco acolhedores ao tipo de conteúdo presente nos relatos.

Como vimos, a universidade é um espaço eminentemente masculino e a inserção das mulheres nela foi desde o início marcada pela violência. Os trotes, ainda considerados como um rito de passagem – a quem a entrada nesses espaços é permitida –, são permeados de comportamentos preconceituosos de todas as ordens, que podem ser percebidos nas experiências de ódio e constrangimento às quais os ingressantes são submetidos. Além disso, os trotes têm a função de naturalizar estereótipos e agem reforçando e demarcando hierarquias (Silva, 2016; Nardi et al., 2013). Sob justificativa de “tradição” e comemoração, esses ritos se mantêm e seguem impondo situações que infligem dor e humilhação aos recém-chegados, servindo desde sua criação como mecanismo que define a quem a presença na universidade é permitida, e quais lugares cada um deve ocupar em sua hierarquia. As encenações e performances realizadas deixam evidentes as diferenças de poder não apenas entre veteranos e calouros, mas, principalmente, entre homens e mulheres. Nestes eventos, as posições ocupadas por tudo aquilo que remete ao feminino e à mulher são explícitas e limitadas: a esses sujeitos cabem papéis subalternizados – ora pela desvalorização, ora pela objetificação e fetichização de seus corpos e sexualidades.

Relato 9 – Universidade Federal de Viçosa

Organizadores do Spring Break, o que acham de uma campanha contra assédio esse ano assim como rolou na calourada? Pq ano passado foi ABSURDO a quantidade de casos que rolaram e que infelizmente, não tinham nem como ser denunciados.

Relato 10 – Universidade Federal de São João del Rei



Queria falar sobre algo que me aconteceu na DNCE in the dark ¼ / NEON e que foi uma situação muito chata. A festa estava maravilhosa, organização e DJ's foram ótimos!! A questão foi outra, estava na festa com os meus amigos, dançando e super tranquila, até que fomos ver uma apresentação de pole dance que estava acontecendo na festa. Parei perto de um casal hétero e o cara, super escroto, aproveitou o tumulto e veio passando a mão em mim, me olhando com uma cara que me deu nojo. Fiquei sem reação e não fiz nada na hora, só fui pro mais longe possível, deixei passar. Pensando sobre isso, me lembrei que é por isso que homens escrotos continuam abusando das minas, porque a gente tem medo de expor, criar confusão e ser pior pra gente. É só um desabafo e um aviso, que pode ter cara babaca até em lugares que a gente nem imagina. Vi que era um calouro, com plaquinha. Sinto muito pela mina que estava com esse lixo."

Em pesquisa realizada pelo Instituto Avon e Data Popular em 2015, na qual foram entrevistados 1823 universitários de todo o país, 67% das estudantes universitárias – ao serem apresentadas uma lista de violências – reconheceram que já foram submetidas a muitas delas na universidade ou em festas universitárias (Instituto AVON/Data Popular, 2015). Ao investigar este fenômeno no contexto estadunidense há quase 30 anos, Fonow, Richardson & Wemmerus (1992) identificaram que 35% dos homens universitários assumiram que cometeriam alguma violência sexual se soubessem que não seriam punidos. Na mesma pesquisa, 51% das universitárias entrevistadas haviam sofrido ao menos um ato de violência sexual durante sua vida, sendo que 83% deles haviam ocorrido enquanto elas estavam na universidade.

A universidade tem sido frequentemente um ambiente no qual as mulheres aprenderam a “aceitar a violação masculina de suas fronteiras psíquicas e físicas como o preço para sobrevivência; aonde as mulheres vêm sendo educadas – não menos que na literatura romântica ou na pornografia – a perceber a si mesmas como presas sexuais” (Rich, 2010, p. 28). Uma das formas mais comuns de violação nesse ambiente é o assédio – seja ele moral ou sexual.

Em uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Alagoas, constatou-se que 51,8% dos alunos que vivenciaram situações de assédio na universidade apresentaram sintomas como aumento de estresse, desmotivação, ansiedade, depressão, dentre outros (Ferreira, s.d). Além das consequências no âmbito da saúde, a violência apresenta também efeitos na vida acadêmica dos estudantes: 36% já deixaram de realizar alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência e 13%, após terem sofrido a violência, desistiram do curso de graduação (Instituto AVON/Data Popular, 2015; Ferreira, s.d).



Outro aspecto fundamental a essa análise diz respeito à diferença de poder atribuída aos atores envolvidos. Em uma sociedade patriarcal e misógina, os lugares sociais ocupados por homens e mulheres são claramente distintos, cabendo às mulheres uma posição muito menos vantajosa – não apenas economicamente, mas em todos os aspectos sociais. Isso confere aos homens um poder muito maior – poder este que permite, inclusive, dominar e oprimir outras classes sociais. Nesse sentido, Mathieu (1985) propõe que seria impossível às mulheres consentir de alguma forma com as agressões sofridas por elas por parte dos homens, uma vez que, para isso, precisariam deter uma parcela igual de poder – uma vez que isso não acontece, cabe às mulheres ceder às violências.

Nesse sentido, destacam-se aqui as relações professor-aluna nas quais essa desigualdade de poder é ainda mais forte: não bastasse o poder estrutural conferido aos homens, este grupo particular de homens recebe ainda uma carga extra de poder que lhes é conferido por sua posição dentro das instituições de ensino, deixando as mulheres/alunas, ainda mais vulneráveis.

O medo de denunciar as violências sofridas ainda faz parte da realidade das estudantes (Redação, Estadão, 2017), seja pelo temor de serem prejudicadas em decorrência das denúncias ou pelo receio de não haver nenhuma investigação delas. Em decorrência disso, 63% das mulheres acabam não reagindo às violações sofridas (Instituto AVON/Data Popular, 2015). Nesse sentido, as páginas *spotted* têm se mostrado como uma forma de trazer à tona as violências sofridas e expor os agressores, indicando o “ciberativismo como produção de resistência” – nossa categoria final de análise. Esse uso das redes pode ser percebido através do relato seguinte:

Relato 11 – Universidade Federal de Ouro Preto

FORA VIDIGAL! // Em setembro do ano passado, o professor Vidigal cometeu uma tentativa de estupro contra uma de suas alunas. Após a denúncia da própria aluna, a reitoria do IFMG abriu um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o professor que foi afastado por 90 dias. O prazo de afastamento terminou no dia 4 de maio e até o presente momento a reitoria do IFMG não instaurou um novo PAD em desfavor do docente. Segundo informações da própria Reitoria, a denúncia foi encaminhada para a Controladoria Geral da União – CGU, que determinou a abertura imediata do PAD e aplicação da suspensão preventiva ao docente. Porém, a Reitoria em nova medida protelatória, pediu que a CGU se manifestasse formalmente, fato inédito e inusitado segundo informações dos servidores da CGU. Isso é um absurdo! Não podemos permitir a permanência desse professor no instituto colocando em risco a saúde mental e a segurança das alunas.



A exposição de relatos dessa natureza traz à tona a misoginia e opressões às quais as mulheres são submetidas cotidianamente nas universidades. Ao publicizarem esses relatos, suas autoras contribuem para a desestabilização de estruturas e normas de gênero. Os relatos presentes nos *spotted* são, portanto, importantes atos individuais de resistência e, quando articulados a um contexto sociopolítico mais amplo, têm desdobramentos e implicações para além do universo *online*.

Considerações finais

A violência contra a mulher foi, historicamente, relegada à esfera do privado/doméstico e considerada como uma pauta que não deveria figurar nas discussões públicas – e isso pode ser facilmente percebido por meio de ditados populares como “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, que reforçam a ideia de que essas violências acontecem no campo privado e nele devem permanecer.

Os resultados encontrados sugerem que um fator que contribui para que essas denúncias ocorram no campo *online* é a inexistência, em grande parte das universidades, de mecanismos oficiais de formalização de denúncias deste tipo – que passam então a habitar o ciberespaço. Muitas das mulheres vítimas de violência – sejam elas estudantes, professoras ou funcionárias das universidades – ainda sentem receio em formalizar denúncias, ora por receio de não receberem apoio, ora por medo de sofrerem retaliações. A cultura de culpabilização da vítima não contribui para que mulheres se posicionem frente a seus agressores e exponham as violências sofridas e é neste contexto que as páginas *spotted* se apresentam como ferramentas potentes. A possibilidade de anonimato proporcionada contribui para que um número cada vez maior de mulheres exponha seus relatos, tornando, assim, públicos os acontecimentos, sem, contudo, se sentirem expostas.

A ocupação do ciberespaço por pautas feministas – e sociais, de modo geral – vem se expandindo, ainda assim, faz-se importante ressaltar que, embora os *spotted* e de modo mais amplo o ciberespaço venham se mostrando como ferramentas importantes para a politização de discussões e articulação de movimentos sociais, essas tecnologias de informação e comunicação não podem ou tampouco devem substituir a existência de políticas públicas e institucionais apropriadas para o tratamento destas questões e acolhimento das mulheres em situação de violência.



Dentre as universidades estudadas, nenhuma possuía na ocasião da coleta de dados mecanismos próprios oficiais para o acolhimento e denúncia de práticas de violência contra a mulher, e se articulavam de maneira apenas incipiente à rede de enfrentamento à violência contra a mulher local, necessária para a construção coletiva de políticas e práticas efetivas nessa direção. Desse modo, garantir o funcionamento e fortalecimento das políticas públicas existentes e fortalecer redes de solidariedade a partir da organização coletiva das e com as mulheres ainda é um constante desafio e se faz urgente para se alcançar a transformação do atual sistema de dominação/exploração patriarcal sobre a vida das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALBU, Débora. *Ciberfeminismo é o “novo feminismo” no Brasil?*. 2017. Disponível em: <https://feed.itsrio.org/ciberfeminismo-é-o-novo-feminismo-no-brasil-3a6aaca7cf66>
Acesso em: 28 jan. 2019.

ANGELIM, Fábio P.; DINIZ, Gláucia R. S. O pessoal torna-se político: o papel do Estado no monitoramento da violência contra as mulheres. *Revista Psicologia Política*, v. 9, n. 18, p. 259-274, 2009.

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; KERR-PINHEIRO, Marta M. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

CEREGATTI, Alessandra; LOPES, Bárbara; PROVAZI, Bruna; NOBRE, Mirian; FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2015.

CROSSETI, Cybele. *O magistério feminine laico no séc. XIX: uma abordagem histórico-filosófica*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

DINES, Gail. *Pornland: how porn has hijacked our sexuality*. Massachusetts: Beacon Press, 2010.

DWORKIN, Andrea. *Pornography: men possessing women*. London: The Women's Press., 1981.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Ruth V. L. *O sofrimento vivenciado no espaço universitário: o assédio moral e seus efeitos na vida do estudante*. (s.d) Disponível em:



<https://docplayer.com.br/31712141-O-sofrimento-vivenciado-no-espaco-universitario-o-assedio-moral-e-seus-efeitos-na-vida-do-estudante.html> Acesso em 21 dez. 2021.

FONOW, Mary; RICHARDSON, Laurel; WEMMERUS, Virgínia A. Feminist rape education: does It work? *Gender and Society*, v. 6, n. 1, p. 108-121, 1992.

[FRANÇA, Thais; PADILLA, Beatriz. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. *Configurações*, 12, p. 47-60, 2013.](#)

GOUGH, Kathleen. The origin of the family. In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 60-70.

GROSGOUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.*

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no espaço universitário. 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf Acesso em 02 maio 2018.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Indiana: University Press, 1987.

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 21 dez. 2021.

LINO, Tayane R.; MAYORGA, Claudia. As mulheres como sujeitos da ciência: uma análise da participação das mulheres na ciência moderna. *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, v. 7, n. 3, p. 96-107, 2016.

LOURO, Guacira L. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CANTANI, Denice B. et al. (Orgs.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

MATHIEU, Nicole C. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et des quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie. In: MATHIEU, Nicole C. (Org.). *L'arraisonnement des femmes*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985. p.169-245.

MEYER, Dagmar E. E. "... Por que só mulheres?" O gênero da enfermagem e suas implicações. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 45-52, 1993.



MINAYO, Maria Cecília S.; SOUZA, Ednilsa R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1998.

MINAYO, Maria Cecília S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NARDI, Henrique C.; MACHADO, Paula S.; MACHADO, Frederico V.; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 21.2, p. 179-200, 2013

NETTO, Roberto Magno R.; CHAGAS, Clay Anderson N. O método hermenêutico-dialético aplicado às ciências sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 18, n. 2, e29611-e29611, 2019.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicol. Reflex. Crit.*, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, p. 219-257, 2006.

PASSOS, Elizete. *Palcos e plateias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

REDAÇÃO, EL PAÍS. *Agressões sexuais envergonham a melhor universidade do Brasil*. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/politica/1423258015_581946.html> Acesso em: 21 dez. 2021.

REDAÇÃO, ESTADÃO. *Estudantes ainda têm medo de denunciar assédio sexual sofrido em universidades*. 2017. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,estudantes-ainda-tem-receio-dedenunciar-assedio-sexual-sofrido-em-universidades,70001828491> Acesso em: 02 maio 2018.

REDAÇÃO, G1. *Vítimas de estupro em festas da USP denunciam abusos à ALESP*. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/vitimas-de-estupro-em-festas-da-usp-denunciam-abusos-alesp.html>> Acesso em: 21 dez. 2021.



RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Cecília M.; IZUMINO, Wânia P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, 2005.

SILVA, Rosiane Maria. “*Só vencem os fortes*”: a barbárie do trote na educação agrícola. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas – CECH, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2016.

SOUZA, Régis Glauciane S.; SARDENBERG, Cecília Maria B. *Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/46155/mod_resource/content/2/mulher%20espa%C3%A7o%20p%C3%ABablico.pdf Acesso em: 21 dez. 2021.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2011.